

JOGOS OLÍMPICOS, COSTURA TERRITORIAL E CÓDIGOS GEPOLÍTICOS: UMA ANÁLISE DAS OLIMPÍADAS DE 2008 E 2012

Matheus Magalhães O. Del Rosso Soares¹

Daniel A. de Azevedo²

Gloria Maria Vargas³

RESUMO

A vinculação entre política e eventos esportivos é um fenômeno que tem efeitos não apenas na política interna dos Estados, mas também nas relações interestatais, principalmente nos contextos de grandes eventos. Este artigo tem como objetivo analisar o evento pré-olímpico da passagem da Tocha Olímpica como um código geopolítico para o Estado reafirmar sua soberania territorial em relação às disputas territoriais. Analisa-se esse ritual icônico, a fim de apresentá-lo como instrumento utilizado em contextos de disputas de soberania, por meio do que definimos como costura territorial. Para isso, foram escolhidas duas edições das Olimpíadas nas quais foram identificados conflitos políticos-territoriais: Pequim, 2008; e Londres, 2012. A metodologia utilizada combinou duas estratégias: mapeamento e análise da seleção das cidades escolhidas para a passagem da tocha olímpica e realização de levantamento da imprensa local das sedes, durante o período dos Jogos. Para a triangulação metodológica, foram analisados materiais oficiais dos Jogos Olímpicos e dos Comitês Olímpicos. Dessa forma, o caráter geopolítico do sistema olímpico é exposto por meio desse ritual específico e exaltada a importância do esporte no cenário político mundial.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos; Geopolítica; Tocha Olímpica; Conflitos Territoriais.

ABSTRACT

The link between politics and sporting events is a phenomenon that has effects not only on the internal politics of States, but also on State relations, particularly in those contexts of major events. This article aims to analyze the pre-Olympic event of the Olympic Torch Trail as a geopolitical code for the State to reaffirm its territorial sovereignty in relation to territorial disputes. This iconic ritual is analyzed in order to present it as an instrument used in contexts of sovereignty disputes, through what we call territorial sewing. For this, two editions of the Olympics were chosen in which conflicts of a political-territorial nature were identified: Beijing, 2008; and London, 2012. The methodology used combined two strategies: mapping and analysis of the selection of cities chosen for the passage of the Olympic torch and conducting a review of the local press of the venues, during the period of the Games. For the methodological triangulation, official materials from the Olympic Games and Olympic Committees were analyzed. In this way, the geopolitical character of the Olympic system is exposed through this specific ritual and the importance of sports on the world political stage is exalted.

Keywords: Olympics; Geopolitics; Olympic Torch; Territorial Conflicts.

¹Mestrando pelo curso de Geografia da Universidade de Brasília – DF, matheusdelrosso2510@gmail.com ;

²Professor, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade de Brasília – DF, daniel.azevedo@unb.br ;

³Professora, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade de Brasília – DF, yoya@unb.br .

A influência do esporte no campo da política teve um aumento acentuado desde o início do século XX e está atualmente no centro de várias discussões, dentro e fora do ambiente acadêmico. Grandes organizações esportivas e os próprios atletas são agora considerados atores legítimos em assuntos políticos em vários níveis, como nacionalmente, quando os jogadores usam o espaço da mídia para defender seus ideais políticos⁴ ou em escala internacional, como o caso mais recente nos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim e a visita do presidente russo dias antes do início da guerra na Ucrânia.⁵

Se aceitarmos o que foi dito anteriormente, é importante entender que os Jogos Olímpicos de Verão, objeto deste artigo, são megaeventos multiesportivos e globalizados que contam com a participação de milhares de atletas de centenas de países que compõem um conjunto em um palco muito visível e atraente para o mundo, e podem ser usados para enviar mensagens que transcendem o campo puramente esportivo e dessa forma, exercem considerável influência internacional em questões que transcendem o esporte, como conflitos geopolíticos. Os Megaeventos são eventos culturais de grande escala que têm um caráter dramático, um apelo popular de massa e importância internacional (Grix e Houlihan, 2013).

Algumas nações pertencentes ao movimento olímpico encontraram diferentes maneiras de instrumentalizar este evento para alcançar seus objetivos. Os Jogos Olímpicos já foram amplamente analisados sob a ótica da geopolítica, seja nas disputas por liderança no quadro de medalhas (Bertonha, 2008; Gillion, 2011; Hargreaves, 1992), na escolha do local olímpico (Grix e Houlihan, 2013; Grix e Lee, 2013; Trubina, 2017) e até mesmo em partidas específicas onde rivais se enfrentam no mundo real (Capinassú, 2007; Guttmann, 1988; Meier e Mutz, 2016). No entanto, os aspectos simbólicos geopolíticos dos outros rituais que fazem parte dos Jogos Olímpicos permanecem pouco analisados sob seu viés geopolítico. Nesse sentido, a questão de pesquisa que este artigo busca responder é: como o evento pré-olímpico do caminho da tocha olímpica é utilizada como código geopolítico para que o Estado reafirme sua soberania territorial em relação às disputas territoriais? Hipostenizamos que a rota da tocha olímpica nos casos estudados neste artigo é manipulada, em parte, como um instrumento dos Estados anfitriões no que diz respeito a competições territoriais específicas.

⁴Caso retirado do jornal El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-10-14/censura-a-carol-solberg-reflete-esporte-reacionario-e-refem-do-poder.html?outputType=amp>.

⁵Caso retirado da Agência EFE. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/brasil/mundo/putin-viaja-a-china-para-selar-acordos-com-xi-e-ver-jogos-de-inverno/50000243-4732406>.

Este artigo contribui para uma literatura pouco explorada na agenda da geografia política. Quando estudado, o tema é abordado levando em consideração os impactos do megaevento na área de políticas públicas sociais, econômicas, urbanas e ambientais. Alguns artigos podem ser citados, como o de Mascarenhas (2016) trata das cidades olímpicas e da crise do modelo globalitário; Diniz, Ribeiro e Palhares (2017) tratam do aumento da criminalidade após o evento nas cidades-sede; e Piraudeau (2018) trata da dinâmica espacial criada e desenvolvida pelos clubes de futebol portugueses e vivenciada pelos jogadores brasileiros.

O caminho metodológico dessa pesquisa tem dois grandes momentos. Na primeira, foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de buscar trabalhos que relacionassem as Olimpíadas e a geopolítica. Em seguida, identificamos áreas de conflito territorial nos Estados-sede dos Jogos Olímpicos pós-Guerra Fria, selecionando os eventos em Londres e Pequim como estudos de caso. Entendendo os Jogos Olímpicos como um conjunto de rituais que podem ser manipulados para fins geopolíticos, foram utilizadas duas estratégias metodológicas: o momento da passagem da tocha olímpica e a escolha das cidades como um importante momento ritualístico de análise, elaborando mapas de todos os casos escolhidos. Ao mesmo tempo, foram realizadas pesquisas em coleções da imprensa nacional e uma análise de materiais oficiais dos Jogos Olímpicos e dos Comitês Olímpicos, fontes muito interessantes e valiosas para entender como se dá o processo de instrumentalização.

Este artigo está estruturado em três seções. O objetivo do primeiro é apresentar a estrutura teórica e os principais conceitos utilizados. A seguir, apresentamos brevemente as oito edições dos Jogos Olímpicos de Verão desde o fim da geopolítica bipolar e, com mais detalhes, os três casos em que foram identificados conflitos territoriais que tiveram algum reflexo no evento. Esses casos foram analisados com o arsenal teórico conceitual escolhido.

Nosso artigo confirma o lado político, muitas vezes negado ou velado, do esporte que pode influenciar o curso dos conflitos entre nações e povos, pois contribui para a mudança de percepção da comunidade nacional e internacional. Desta forma, diferentes rituais inerentes aos Jogos, como a atribuição de medalhas, as cerimônias de abertura e encerramento, o hasteamento da bandeira, etc., também podem ser vistos como rituais geopolíticos. Este artigo demonstra como o caminho da tocha olímpica é um código geopolítico usado como estratégia geopolítica de costura territorial pelo Estado anfitrião do evento.

METODOLOGIA

Esta pesquisa baseou-se em um levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais e internacionais, utilizando diferentes formatos de produção literária e científica, como artigos de revistas acadêmicas, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Esse passo foi fundamental, pois revelou a escassez de produção acadêmica sobre o tema sob a perspectiva da geopolítica no mundo, especialmente na América Latina.

A segunda etapa teve como objetivo a elaboração de tabelas temáticas e mapas, apresentando todos os locais dos jogos pós-Guerra Fria nos quais foram identificados conflitos territoriais, destacando a localização específica do conflito. Para entender como os Jogos Olímpicos são geopoliticamente instrumentalizados, foram selecionado para análise o ritual da passagem da tocha olímpica antes do evento. Como consequência, os Jogos Olímpicos de 2008 (Pequim) e 2012 (Londres) foram selecionados e o ritual da tocha foi mapeado.

Além disso, outro passo fundamental foi a leitura e análise de artigos de jornal dos principais jornais de cada uma das sedes dos Jogos Olímpicos e também dos grupos contestantes dos locais onde os conflitos territoriais foram identificados no período de seus respectivos eventos. Como discutido acima, a análise de jornais e revistas ajuda a compreender uma geopolítica popular, "na qual a produção de práticas discursivas deve ser investigada em lugares que podem estar fora da arena formal do Estado" (Sharp, 1996:557). No total, foram analisados 10 periódicos de diferentes países e regiões considerados relevantes para cada caso estudado na pesquisa (Tabela 1), nos quais foram consultados 110 artigos, dos quais 24 foram utilizados por apresentarem discussões diretamente alinhadas aos objetivos do texto. O processo geral de triagem aqui utilizado partiu da busca pela associação de palavras-chave (Jogos Olímpicos, Tocha Olímpica e conflito, por exemplo) em mecanismos de busca na web.

Tabela 1 - Tabela 1 – Periódicos analisados na pesquisa

JORNAIS ANALISADOS NOS PERÍODOS OLÍMPICOS			
Estudos de caso	Jornais selecionados	Artigos Consultados	Artigos Usados
2008 - Pequim	China Daily (China)	15	3
	People's Daily (China)	9	2
	The Himalayan Times (Nepal)	12	2
	Taiwan News (Taiwan)	18	7

2012 - Londres	The Guardian (Londres)	9	3
	The Independent (Londres)	11	1
	The Irish Times (Irlanda)	13	1
	The Herald (Escócia)	9	3
	La Nación (Argentina)	11	1
	Mercopress (Islas Falkland)	3	1
	Total	152	40

Fonte: Autores.

Os artigos consultados na pesquisa partiram de um período de tempo que abrange todo o período das Olimpíadas, incluindo 14 dias antes e depois do evento, com o objetivo de contemplar também as demais cerimônias do período olímpico, como o revezamento da tocha. Além disso, havia três critérios principais para a escolha dos periódicos selecionados: a importância dos periódicos dentro das regiões estudadas, a facilidade de acesso aos artigos publicados nos respectivos períodos e a barreira linguística⁶. Os dados obtidos foram analisados qualitativamente por meio do programa ATLAS.ti, utilizando-se as ferramentas "Word Cloud" (que organiza as palavras mais citadas em conjuntos de textos) e "Network" (cria um diagrama com pontos importantes).

A última etapa foi destinada à triangulação metodológica (MARCONDES; BRISOLA, 2014), importante nas pesquisas de cunho qualitativo. Assim, analisamos conteúdos oficiais dos Jogos Olímpicos e dos Comitês Olímpicos, como vídeos de abertura e encerramento de cada edição dos Jogos Olímpicos, materiais promocionais dos Jogos realizados pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e também pelos Comitês Olímpicos Nacionais (COI).

REFERENCIAL TEÓRICO

Pensando na politização do esporte e na geopolítica dos Jogos Olímpicos, duas reflexões principais são essenciais para este artigo: a primeira é que o Estado precisa constantemente

⁶Essa questão foi especialmente influente no caso da China, já que muitos jornais do país só disponibilizam artigos da época em mandarim, o que impossibilitou o uso do portal de notícias Xinhua (o maior do país).

reafirmar sua soberania territorial para sua própria perpetuação, especialmente em países com conflitos territoriais óbvios, utilizando determinados rituais olímpicos para realizar uma costura territorial, ideia que será desenvolvida neste artigo. Portanto, a passagem da tocha olímpica no momento pré-olímpico pode ser vista como um código geopolítico e uma ferramenta estratégica de *soft power* e *sportswashing*, conceitos fundamentais na análise.

Sem abandonar o senso de camaradagem, competição saudável e solidariedade em que se fundaram as Olimpíadas (Tubino, 2007), o potencial (geo)político do esporte aparece cada vez mais, apesar da ideia de que "esporte e política não se misturam" defendida pelo então presidente da China, Hu Jintau, dias antes dos Jogos Olímpicos de 2008, em Pequim⁷. No entanto, essa narrativa gradualmente passou a ser mostrada como uma meia-verdade.

Embora o esporte não seja estritamente uma atividade política, é possível ver desde a criação das Olimpíadas na Grécia Antiga uma importante associação entre esses dois fenômenos humanos (Capinassú, 2007; Gems e Pfister, 2014). De acordo com Murray (2012), o esporte tem desempenhado um papel significativo nas relações entre os Estados por muitos anos, com uma estreita relação entre política, diplomacia e esporte, como no caso dos Jogos de 1936 na Alemanha nazista (Grix e Houlihan, 2013).

Nos interessa neste artigo analisar como os Estados anfitriões usam os Jogos Olímpicos como uma forma de reafirmar sua soberania no território, a fim de passar uma imagem de nação e identidade territorial que seja conveniente para eles no contexto da comunidade internacional, um processo que estamos chamando de costura territorial. Nesse sentido, entende-se que, apesar de ter uma história geralmente associada à Paz de Westfalia (Sassen, 2006), a relação entre soberania e território é um processo complexo que requer constante reafirmação do Estado, e reconhecimento interno e externo do mesmo (Dahlman, 2009). Os conflitos territoriais colocam em xeque não apenas a permanência e o controle sobre o território do país, mas a soberania como um todo, uma vez que "esses três atributos – território, autonomia e independência – compõem o que comumente chamamos de soberania" (Longo, 2017, p. 4). Embora visões recentes adotem a soberania territorial vestfaliana como mito (Berger, 2010; Falah, 2003, Davis, 2011; Agnew, 2018), diferentes casos demonstram a impossibilidade de dissociar território e Estado (Elden 2010; Xá, 2012).⁸

⁷Discurso removido do Taiwan News. Disponível em: <https://www.taiwannews.com.tw/en/news/705074>.

⁸ Talvez o debate mais interessante a esse respeito seja o presente no livro de John Agnew, *Globalization and Sovereignty* (2018). É uma continuação de sua tese da "armadilha territorial" (*Territorial Trap*) em que afirma que é comum que caia nela quando se trata da questão da soberania. Isso não o leva a negar a importância do território para o próprio *raison d'être* do Estado.

A costura territorial, nesse sentido, pode ser entendida como o uso feito pelo Estado do *soft power* do esporte para reivindicar, perante a comunidade internacional e sua própria nação, seja para líderes políticos ou para espectadores, soberania sobre determinado território. A costura territorial seria, portanto, uma maneira pela qual o Estado usa rituais esportivos⁹, aparentemente não geopolíticos, como *soft power* para reafirmar sua soberania territorial.

Segurança e identidade nacional (muitas vezes entendida como anterior à formação do Estado) são dois mecanismos utilizados para justificar a ideia de soberania nacional, desde a própria formação dos Estados modernos (Herbst, 1990; Fukuyama, 2013). A construção dicotômica nós/eles, baseada principalmente no medo da intervenção militar externa, foi fundamental para a construção do Estado, especialmente a partir de uma série de elementos simbólicos que fomentam a construção do sentimento de nação (Anderson, 2006; Murphy, 2010).

É nessa construção simbólica que é possível pensar o evento do revezamento da tocha como um código geopolítico para a costura territorial e reafirmação da soberania do Estado. O código geopolítico, conceito inicialmente desenvolvido pelo historiador americano John Lewis Gaddis em 1982, e posteriormente aprofundado por diversos geógrafos como Peter Taylor (1990), Gertjan Dijink (1998), Taylor e Flint (2000), Colin Flint (2016), entre outros, é um aspecto que deve ser considerado para alcançar os objetivos deste trabalho. Esses códigos são instrumentos intelectuais utilizados para formular e implementar práticas de estadismo (*Statecraft*) (Dijink, 1998) que dependem de como cada Estado compreende a ordem mundial em que está inserido e seu papel nela.

Como dependem das mudanças e conjunturas específicas dessa ordem, elas não são estáticas e podem existir convergências entre diferentes Estados. Eles refletem em grande parte os interesses dos Estados e endossam, em primeiro lugar, sua soberania: "a valorização diferencial dos lugares (regiões e outros estados) significa que o raciocínio geopolítico prático na forma de códigos geopolíticos fornece os pressupostos da geografia política que informam a política externa" (Taylor, 1990, p.13). Nesse sentido, os códigos geopolíticos podem operar em nível global, regional ou local (Taylor; Flint, 2000).

Podem ser utilizados em diferentes contextos, como já foi dito, em particular para reforçar o *status* de soberania, área de influência ou alinhamentos de poder. Trata-se, assim, de uma dimensão prática de representação das imaginações geopolíticas, a partir das percepções do Estado e de suas elites (Taylor, 1990), para que estas sejam compreendidas, normalizadas e

⁹Ao usar o termo "ritual", estamos considerando toda a dimensão simbólica da política, como usado em obras associadas à antropologia política, como em Kuschnir (2007) e Bordieu (2014).

estabelecidas. Portanto, há neles um aspecto material e simbólico, este último, utilizado no caso de megaeventos em sua etapa pré-olímpica, na passagem da tocha como forma de reafirmar as percepções e interesses dos Estados anfitriões sobre a soberania dos territórios disputados.

É importante destacar que os códigos geopolíticos não são necessariamente produtos de uma política externa explícita dos Estados, mas muitas vezes frutos do que os autores chamam de "geopolítica popular", que buscam influenciar as percepções de diferentes grupos e atores sociais sobre as demandas territoriais dos Estados (Anaz; Purcell, 2010; Dittmer, 2010; Dodds, 2006; Sharp, 1996). A questão-chave para esses estudiosos é entender como os textos, em revistas e periódicos (Sharp 1996), e/ou eventos culturais populares, como filmes (Anaz e Purcell, 2010; Dodds, 2010) e a música (Kirby, 2021) representam, produzem e reproduzem eventos, lugares e pessoas na construção de identidades pessoais e coletivas (Said, 1997).

Como mencionado anteriormente, mesmo antes do fim da Segunda Guerra Mundial, os líderes políticos perceberam a importância de manter uma boa aparência frente à comunidade internacional. Assim, cada vez mais o chamado *soft power* ou poder brando tem se mostrado como uma das principais ferramentas geopolíticas¹⁰ quando se trata de relações entre Estados. Joseph Nye (2008) explica que *o soft power* pode ser entendido como "[...] a capacidade de um país de fazer com que outros países queiram o que ele quer" (Nye, 2008, p. 94). Esse tipo de poder é um elemento básico da política atual e se baseia na importância de apresentar uma imagem positiva para conquistar a admiração de outras nações. Além disso, de acordo com este autor, "o *soft power* de um país baseia-se principalmente em três recursos: sua cultura (quando se trata de elementos atraentes para os outros), seus valores políticos (quando a justiça é feita a eles tanto em casa quanto no exterior) e sua política externa (quando são vistos como legítimos e têm autoridade moral)" (Nye, 2008, p. 96).

É nesse sentido que podemos considerar o esporte como uma importante fonte de *soft power*, levando em conta sua abrangência e universalidade, como apontado em suas análises históricas Gems e Pfister (2014). Este tipo de poder é alcançado através da excelência dos atletas ou pela boa execução e consequente sucesso dos eventos esportivos, que acabam por cativar e inspirar públicos em todo o mundo. Gillion (2011) afirma que a obtenção do direito de organizar uma grande competição internacional já é uma vitória, pois permite que o país-sede ocupe o palco internacional durante a duração do evento. Para ele, o esporte e os eventos esportivos são o meio mais rápido de passar uma imagem positiva e de promover uma nação, uma vez que permitem que o anfitrião exponha os destaques de sua história, seus valores e

¹⁰*Soft power* pode ser traduzido como poder brando, mas optou-se por usar o termo na língua original, como é encontrado na maior parte da literatura sobre o assunto.

civilização ao mundo. O Brasil, por exemplo, que sediou a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão em 2016, usou-os para impulsionar sua imagem no exterior. Nesse contexto, a imprensa internacional apresentou a narrativa do crescimento brasileiro e sua possível transição para uma potência emergente¹¹.

Outro uso político dos megaeventos esportivos que está associado ao que já foi dito é o que Lenskyj (2020) chama de *sportswashing*¹², que pode ser descrito como a maneira pela qual um determinado ator, especialmente Estados com regimes autoritários, tentam melhorar, legitimar ou encobrir "manchas" em sua reputação global através do esporte. Segundo o autor, vários Estados considerados autoritários fizeram uso disso, como o Catar na Copa do Mundo de 2022¹³ e a China nos Jogos Olímpicos de Verão de 2008, caso que será discutido mais adiante em outra seção deste artigo. Håvard Søyland (2020) corrobora essa ideia ao demonstrar que sediar megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos ou a Copa do Mundo da FIFA, oferece aos Estados autoritários a oportunidade de mostrar tecnologias e infraestruturas de ponta, onde figuras esportivas globais competem no mais alto nível. Dessa forma, esses Estados melhoram sua imagem em todo o mundo porque ela está associada ao esporte e dissociada de problemas internos durante o período dos eventos.

Uma das características que mais marcam o esporte é o que Ortiz (1995) chama de transculturalidade, ou seja, a capacidade de compartilhar valores que são comuns em todo o mundo. No caso das Olimpíadas, todos os 193 Estados considerados soberanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) estão presentes nos 206 Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) existentes, o que confirma o alcance e a importância deste evento. Curiosamente, os restantes 13 CONs representam Estados que procuram o reconhecimento por parte da comunidade internacional. Em virtude disso, Gillion (2011) afirma que a participação nos Jogos Olímpicos mostrou-se um instrumento efetivo de reconhecimento, uma vez que "um dos principais fundamentos das relações internacionais é o reconhecimento entre atores, "para interagir, é necessário concordar em ter relações com os outros e, portanto, reconhecer sua existência e qualidade" (Gillion, 2011, p. 437).

Gillion (2011) revela a clara relação entre política e esporte quando apresenta que a grande maioria dos CONs são gerenciados por representantes do Estado, ou até mesmo totalmente integrados à política do Estado. Isso acontece apesar do fato de que o Comitê

¹¹Exemplo retirado da revista The Economist: Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off>.

¹²O termo não tem tradução oficial para o português, por isso foi deixado na língua original.

¹³Exemplo retirado do jornal The Guardian: Disponível em: <https://www.theguardian.com/sport/2022/jan/05/sportswashing-winter-olympics-world-cup>.

Olimpico Internacional (COI) prega sua independência, o que explica, por exemplo, a suspensão do NOC do Kuwait em 2010, por interferência do Estado¹⁴. Os Jogos seriam, para esse autor, utilizados como instrumento para a realização de ações políticas, como a apresentação de posições a favor ou contra alguma ação estatal, boicotes etc., além de servirem de vitrine para regionalismos, nacionalismos e patriotismos.

Dentro desse contexto, Lenskyj (2020) em sua análise afirma que a política esportiva nos Jogos Olímpicos está cada vez mais presente e relata como aumentam os casos de condutas impróprias em relação aos valores olímpicos. Alguns casos notórios durante a Guerra Fria foram o boicote de 1980 liderado pelos Estados Unidos e o liderado pela União Soviética em 1984¹⁵. Posteriormente, principalmente desde 2004, a constante recusa de atletas de países árabes e/ou principalmente islâmicos em competir contra atletas israelenses¹⁶.

É nesse sentido, que podemos ver as Olimpíadas como um conjunto de rituais que podem ser usados como instrumentos de ação geopolítica, e a rota da tocha olímpica como um de seus rituais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise das últimas oito edições dos Jogos Olímpicos de Verão, foi possível identificar em todas elas e de diversas formas, a politização do evento. No entanto, para atender aos objetivos deste artigo, os estudos de caso limitaram-se aos Jogos de Barcelona Pequim (2008) e Londres (2012). A partir da análise da literatura sobre conflitos territoriais e do diagnóstico feito na mídia, identificou-se que os países das cidades-sede elencadas apresentam conflitos territoriais. Nessas edições dos Jogos foi possível identificar questões relacionadas à soberania territorial, especialmente relacionadas a movimentos regionalistas/separatistas, como no caso da China (Kingston, 2017) e Reino Unido (Knobl, 2011). Note-se que, no caso do Reino Unido, para além das questões regionalistas dentro do Reino Unido, há o caso do conflito territorial das Ilhas Falkland/Malvinas com outro Estado soberano (Argentina).

O regionalismo envolve um conflito entre forças políticas regionais e nacionais que disputam o poder, onde se busca a descentralização e se deseja certa autonomia, ou mesmo uma

¹⁴Removido do site oficial do COI sobre a suspensão do Kuwait. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/news/the-ioc-suspends-the-noc-of-kuwait>.

¹⁵Exemplo retirado do Washington Post. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1984/05/09/soviets-withdraw-from-los-angeles-olympics/027363e6-4d89-4dd9-b0d7-89a05a567f11/>.

¹⁶Exemplo retirado do jornal The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sport/2021/jul/26/judo-athlete-sudan-withdraws-before-israel>.

emancipação do Estado central, dado o sentimento historicamente persistente de identidade regional (Castro, 2021). Fang e Li (2019) afirmam que a reivindicação territorial baseada em precedentes históricos é considerada legítima para a comunidade internacional, o que corresponde aos casos analisados neste artigo.

Algo interessante que foi possível observar nos artigos de imprensa através da análise da nuvem de palavras de ambos os casos, é que na edição de 2012 das Olimpíadas, (Londres) as palavras relacionadas a "independência" foram destacadas. Já no caso de 2008, as palavras mais presentes foram aquelas relacionadas à "ilegalidade", o que mostra que, embora todos os casos possam ser categorizados como apresentando conflitos territoriais, cada um tem suas especificidades. Assim, fica evidente a importância de se compreender as disputas, mas também a razão delas e a forma como os Jogos Olímpicos foram utilizados para adquirir algum tipo de vantagem política com o objetivo de fazer reivindicações territoriais.

Jogos Olímpicos de 2008 – China X Mongólia Interior, Xinjiang, Tibete, Hong Kong e Taiwan.

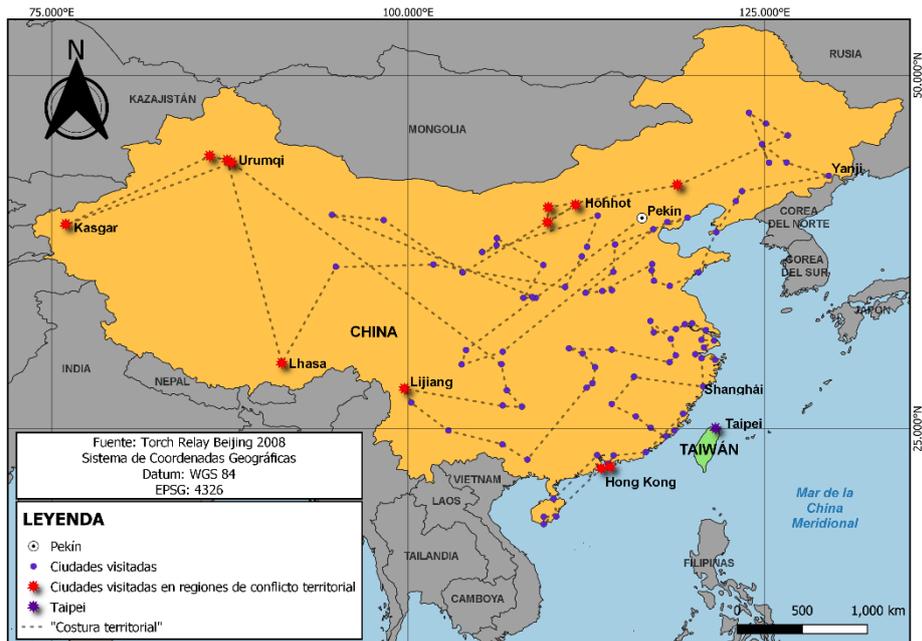
Grix e Lee (2013) apresentam que uma das principais razões para a China ter buscado sediar os Jogos Olímpicos, foi fortalecimento de seu *soft power* no contexto de sua emergência como uma das grandes potências econômicas do sistema internacional. É importante lembrar que apenas alguns anos antes, em 1993, no processo eleitoral para as Olimpíadas de 2000, a China perdeu a votação graças a um protesto liderado pelos Estados Unidos após o massacre de 1989 na Praça da Paz Celestial e as preocupações com os direitos humanos que ele levantou. A vitória para sediar as Olimpíadas de 2008 serviu para ajudar a limpar sua imagem ou, em outras palavras, foi usada para se mostrar ao mundo com uma face mais benevolente¹⁷.

Os conflitos territoriais neste país são complicados e variados porque apresentam "inúmeras disputas territoriais e reivindicações sobrepostas que despertam nacionalismos recalcitrantes" (Kingston, 2017, p. 219). Segundo Hongyi (2009), a China divide fronteiras com mais países do que qualquer outro país do mundo e isso cria um ambiente geopolítico muito complicado. O revezamento da tocha olímpica mostra claramente esse fato (Mapa 1): percebe-se que na "costura territorial" foram visitadas 12 cidades em cinco regiões consideradas problemáticas por conterem processos de contestação territorial.

¹⁷Informações removidas do The Washington Post. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/sports/1993/07/15/china-pulls-out-stops-in-olympic-bid/a83cc6c1-8563-4f52-b9be-d6ea09e083d2/>.



Mapa 1 - Rota da Tocha Olímpica na China



Fonte: Autores.

O conflito entre a China e a Mongólia, apesar de ser um dos menos intensos dos cinco que mencionaremos, é o mais antigo já que tem suas raízes no século VII a.C. e atingiu seu ápice na época do Império Mongol liderado por Genghis Khan. Hongyi (2009) afirma que os dois países chegaram a uma solução em relação à fronteira comum em 2007, na qual a China interpretou o processo como uma concessão. No entanto, como o Mapa 1 revela, os Jogos Olímpicos de Verão de 2008 marcaram uma excelente oportunidade para reafirmar sua soberania sobre esta região contestada que corresponde a 12% da área total da China e, assim, a rota da tocha olímpica incluiu as quatro cidades mais importantes: Hohhot, Ordos, Baotou e Chifeng, além do centro de lançamento de satélites Jiuquan, um dos mais importantes do programa espacial chinês.

O conflito territorial em Xinjiang tem um aspecto étnico importante porque diz respeito ao povo Uigur, uma minoria de origem turcomana e muçulmana considerada o maior grupo minoritário da China, depois do povo tibetano. A busca pela independência e as tensões territoriais entre esses povos e a China remontam ao século II a.C. e têm sido protagonistas de várias rebeliões, geralmente reprimidas pelos diferentes governos chineses. Segundo Don Shichor (1994), essa região corresponde a um sexto do território total da China ou aproximadamente 1,6 milhão de quilômetros quadrados. Faz fronteira com oito países: Mongólia, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Afeganistão, Paquistão e Índia, países que também reivindicam partes do território que fazem fronteira com a China. É uma região

importante para os chineses, pois é a maior unidade administrativa e um local de testes de bombas nucleares. É também a saída da China para o Ocidente, a única que evita o deserto de Gobi e o planalto tibetano (Shichor, 1994; Tukmadiyeva, 2013). Sobre essas considerações, é evidente porque as cidades de Ürümqi, Casgar, Shihezi e Changzi foram escolhidas como parte da rota da tocha na "costura territorial" feita.

Possivelmente, um dos conflitos territoriais mais notórios na China continental é o do Tibete, uma região que também é reivindicada pelo Nepal. O ano de 2008 foi palco de uma série de protestos do povo tibetano, a maior minoria do país. Barnett (2009) argumenta que esses protestos, e em particular a forma como o Estado chinês respondeu a eles, tiveram um impacto significativo na política externa daquele país e consolidaram sua imagem autoritária.

Eles também trouxeram as questões de direitos humanos e a demanda por independência para o topo da agenda das relações sino-americanas e sino-europeias, como pode ser visto pelo convite do então presidente da França, Nicolas Sarkozy, ao Dalai Lama. Essa visita resultou em ameaças chinesas de desfazer vários acordos comerciais entre os dois países e na subsequente declaração de Paris afirmando que o Tibete era parte integrante da China (Reilly, 2013). Pode-se supor que a região do Tibete seria de extrema importância a ser reivindicada assertivamente pelo governo chinês durante o evento, tanto na frente do público doméstico quanto diante da comunidade internacional. Por esta razão, o governo fez questão de fazer uma visita à capital, Lhasa, mas manteve a data em que a tocha passaria por lá em segredo para evitar manifestações contrárias, em um contexto de alta repressão na região. A decisão do governo chinês de passar a tocha olímpica pela região foi duramente criticada por grupos ativistas tibetanos como uma forma de enfatizar o controle chinês sobre o território¹⁸.

O outro caso chinês, Hong Kong foi uma colônia britânica até 1997 e atualmente é um centro comercial global cuja importância econômica e estratégica para a China é inegável. No entanto, neste pequeno território há, por outro lado, movimentos separatistas que querem um território independente da China continental. Para Zhu e Zhang (2019), há alguns anos que existe um "muro invisível" entre Hong Kong e o Estado central chinês graças à autonomia que esta região realmente tem: "No contexto de uma China em ascensão, os residentes de Hong Kong geralmente aceitam a presunção de que existe uma rivalidade política entre Hong Kong e a China Continental e que precisam de construir uma "Comunidade de Hong Kong" para a enfrentar" (Zhu; Zhang, 2019, p.19). Os esforços da China para não perder sua soberania sobre a região são constantes e vêm de tempos atrás (Zhu e Zhang, 2019). Ter escolhido a Região

¹⁸ Informações removidas do Taiwan News. Disponível em: <https://www.taiwannews.com.tw/en/news/675298>.

Administrativa como a primeira anfitriã da tocha no país é um caso interessante que ajuda a explicar os códigos geopolíticos, uma vez que ser o primeiro é um sinal claro de mostrar ao mundo que o tem sob seu controle e que, de fato, é parte integrante da China.

Finalmente, talvez o conflito territorial mais complexo e intenso da China seja o de Taiwan, também conhecida como República da China. A independência de Taiwan ocorreu em 1949 com o fim da Guerra Civil Chinesa; no entanto, a China continental ou a República Popular da China (RPC) não reconhece essa independência até hoje e a reivindica como parte de seu território. Em relação aos Jogos Olímpicos de 2008, essa disputa ocorreu de forma diferente dos outros casos expostos porque Taiwan se recusou a fazer parte do caminho da tocha olímpica¹⁹, ou seja, se recusou a fazer de Taipei, sua capital, um ponto da "costura territorial", apenas a última cidade a ser visitada antes da tocha partir para a China Continental. A interpretação em Taiwan era que eles seriam vistos como parte da rota doméstica da China continental, algo inaceitável para eles. Aos olhos do governo chinês, seria uma maneira de reafirmar sua soberania sobre a ilha, incluindo sua capital Taipei, como um ponto importante da "costura territorial"²⁰.

Na mídia, a análise dos dados com o auxílio do software ATLAS.ti mostra que havia duas perspectivas em relação a esta edição dos Jogos Olímpicos e às questões relacionadas aos conflitos territoriais que cercaram o evento: a primeira foi a visão chinesa e a segunda, a do resto do mundo. Uma vez que o Comitê Central do Partido Comunista Chinês tem o monopólio da mídia, não é de surpreender que nenhuma controvérsia tenha sido mencionada, mas sim, pelo contrário, que os artigos publicados no momento do evento expressaram críticas àqueles que levantaram a hipótese de que a China havia usado as Olimpíadas para fins políticos e exaltado que os Jogos representavam a união do território chinês. Aqui é importante destacar a ideia de "união do território" que foi encontrada na mídia: geograficamente, esse é exatamente um dos objetivos dos códigos geopolíticos, e o caminho da tocha como uma costura territorial.

Por outro lado, havia praticamente um consenso em todos os meios de comunicação mundiais, especialmente em tibetanos e taiwaneses, de que os Jogos Olímpicos estavam sendo politizados e a ilegalidade desse ato foi destacada, seja porque representava o uso de *sportswashing*, *soft power* ou a afirmação de soberania sobre territórios disputados ou porque havia alegações de abuso de direitos humanos no país, especialmente no Tibete, de acordo com o que aconteceu em Março de 2008 naquela região.

¹⁹Informações removidas do noticiário da CNN. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/09/26/asia/china-asia-territorial-claims-conflicts-explainer-intl-hnk-scli/index.html>.

²⁰Informações removidas do Taiwan News. Disponível em: <https://www.taiwannews.com.tw/en/news/600001>.



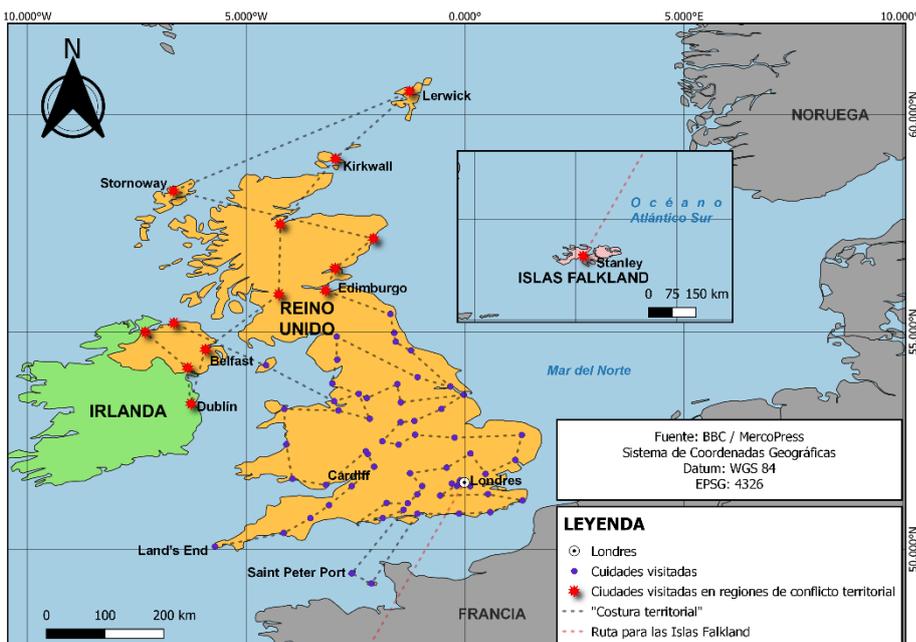
O caso de Taiwan é emblemático, uma vez que a recusa do governo local em sediar o evento pré-olímpico demonstra como a passagem da tocha é percebida pelas autoridades e pela população não como um simples evento esportivo, mas como um código geopolítico no qual o Estado procura simbolicamente definir aquele território como seu. A China usa seu código geopolítico global para mostrar a capacidade de manter seu território coeso. Simultaneamente, fortalece sua posição como Estado soberano nos territórios divergentes aqui destacados. É o único caso em que o código, neste caso global, serve a um duplo propósito.

Jogos Olímpicos de 2012 Reino Unido X Argentina, Escócia e Irlanda.

Esta parte abordará três conflitos territoriais em que o Reino Unido está envolvido: Irlanda e Irlanda do Norte; Escócia; e as Ilhas Malvinas. A construção do Estado britânico foi complicada, de modo que os conflitos entre os países membros dificilmente poderiam ser evitados. O caso mais conhecido é o da Irlanda, país que fez parte do Reino Unido de 1801 até 1922, quando, após a Guerra de Independência da Irlanda, o território da ilha vizinha à Grã-Bretanha, foi dividido em duas partes, a República da Irlanda, agora independente e a Irlanda do Norte, ainda parte do Reino Unido. O'Brien (2011) argumenta que, apesar de não acreditar que as duas Irlandas serão reunificadas nos próximos anos, é inegável que as últimas cinco décadas viram um crescente apoio a essa causa, de ambos os lados²¹. Assim, os Jogos Olímpicos de 2012 foram apresentados como uma excelente oportunidade para reaproximar a Irlanda do Norte do Reino Unido, bem como melhorar as suas relações com a República da Irlanda. Isso pode ser visto na visita da tocha olímpica a Belfast e as principais cidades da única parte nacional do Reino Unido fora da Grã-Bretanha e na inclusão inesperada de Dublin na rota (a única cidade fora do Reino Unido a ser oficialmente visitada em 2012) (Mapa 2).

Mapa 2 - Rota da Tocha Olímpica no Reino Unido

²¹Informações removidas da Enciclopédia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Ireland>.



Fonte: Autores.

As desavenças entre a Escócia e o Estado britânico é bastante semelhante ao caso da Irlanda. Pittock (2008) afirma que isso é complexo e que "a independência tem sido uma questão levantada na Escócia desde que a região foi invadida pela Inglaterra em 1707 e o reino continua a permanecer uma terra de ninguém, entre o status regional e a soberania total". Este autor também afirma que, como no caso irlandês, nas últimas décadas do século XX e nos primeiros anos do século XXI, houve um aumento do sentimento nacionalista e separatista dentro do país, que constitui um terço do território britânico e 8% de sua população. Por estas razões, tem um grande impacto na política britânica de *soft power*, porque a "perda da Escócia significaria perder uma parte significativa do território, [...], o que seria notado em todo o mundo, o que concluiria, compreensivelmente, que é uma diminuição na capacidade do Reino Unido restante de projetar seus interesses"²².

Ao contrário dos outros casos, a estratégia de "costura territorial" implementada foi vista como positiva, o que se deduz da análise realizada pela comunicação social, em que a execução dos Jogos e o esforço para incluir e reunir todos os países do Reino Unido no megaevento foram elogiados pela mídia escocesa. No entanto, também foi possível observar que ainda havia uma

²²Citação removida do site do Royal Institute of International Affairs. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2021/05/scottish-independence-will-impact-uks-global-role>.

preocupação sobre como isso afetaria o propósito de ter um território escocês soberano²³. Nota-se que a mídia também reconhece o papel geopolítico da rota da tocha.

A última disputa territorial identificada nesta edição dos Jogos Olímpicos é entre o Reino Unido e a Argentina pelo domínio das Ilhas Falkland, chamadas de Ilhas Malvinas pelos argentinos, que foram reivindicadas e reconhecidas como território do Reino Unido desde 1833. Segundo Pinkerton e Benwell (2014), o ano de 2012 marcou o aniversário de 30 anos da Guerra das Malvinas, na qual 649 argentinos e 255 soldados britânicos perderam a vida lutando pelo arquipélago. O Estado argentino aproveitou politicamente a oportunidade dos Jogos e lançou, dois meses antes, uma propaganda oficial do Comitê Olímpico Argentino, gravada secretamente em pontos famosos das Ilhas com o slogan "para competir em solo inglês, treinamos em solo argentino"²⁴. Como esperado, o Estado-sede dos Jogos de Londres repudiou esse fato e chamou a propaganda de ilegal. O secretário de Defesa do Reino Unido na época, Philip Hammond, testemunhou que a atitude era "muito insultante" e que ele a achava uma violação dos princípios fundamentais dos Jogos²⁵.

Em resposta, houve uma mudança na trajetória da tocha olímpica, e o Reino Unido reafirmou sua soberania através da ex-atleta Rebecca Panteney, que carregou a tocha olímpica para as Ilhas para que os *Falklanders* pudessem sentir "a emoção das Olimpíadas de Londres nas Ilhas". As Ilhas Malvinas foram incluídas na rota após a revelação do vídeo e o lançamento oficial da rota da tocha²⁶.

Nota-se que a mudança e inclusão das ilhas que estão localizadas a mais de 12.700 km de distância de Londres e todo o custo financeiro que isso produziria é um caso notável do uso da tocha como um código geopolítico para a costura territorial britânica, buscando reafirmar as percepções estatais de soberania do território ou territórios disputados. A mudança foi uma resposta simbólica ao vídeo argentino e suas reivindicações territoriais. A tocha é, portanto, mais do que um ritual pré-olímpico, mas também um instrumento que serve para tecer uma delicada rede de interconexões entre eventos e códigos geopolíticos do Estado, entre aparatos ideológicos e suas práticas geopolíticas, entre compromissos intervencionistas do Estado e suas imaginações geopolíticas e representações usadas para justificar suas ações.

²³Informações removidas do jornal The Herald. Disponível em: <https://www.heraldscotland.com/opinion/13067967.london-2012-olympics-dealing-blow-independence/>.

²⁴Informações removidas do jornal The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk/2012/may/04/falkland-islands-argentine-olympic-advert>.

²⁵ Testemunho removido da BBC News, Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-17946838>.

²⁶Informações retiradas do jornal MercoPress. Disponível em: <https://en.mercopress.com/2012/08/10/olympics-excitement-in-the-falkland-islands>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa confirma a hipótese inicial, uma vez que a rota da tocha é utilizada por cada Estado anfitrião como metonímia visual para explicar e confirmar o território sobre o qual exerce soberania. Em outras palavras, a tocha olímpica pode ser vista como um conector simbólico de *soft power*, costura territorial e códigos geopolíticos. Tal rota e a costura territorial que ela tece tornam-se assim parte de uma poderosa linguagem geopolítica que faz uso do aspecto material de tal rota, bem como do aspecto simbólico, trazido pela presença da tocha. Nesse contexto, podemos dizer que os códigos geopolíticos também são transmitidos em eventos populares de grande audiência em que são utilizadas imagens com importante conteúdo simbólico, como, nos casos considerados neste estudo, a tocha olímpica e seu percurso.

O uso de megaeventos para realizar o *sportswashing* e melhorar ou endossar a imagem dos Estados cujas disputas territoriais criam oposição na opinião pública, é complementado pelo interesse de explicitar seus códigos geopolíticos através da rota da tocha olímpica, a fim de sublinhar seus interesses e prioridades traçados na costura territorial. Tudo isso é apresentado em um ambiente esportivo cujas representações populares, em geral, servem como uma mão executora de um *soft power* que se complementa perfeitamente com esses códigos.

Apesar da reiterada negação da relação entre esporte e geopolítica, torna-se cada vez mais visível que essas áreas se misturam das mais variadas formas e, mais ainda, no megaevento global dos Jogos Olímpicos de Verão. Foi possível observar questões geopolíticas em todas as edições das Olimpíadas após o fim da Guerra Fria e, em três delas, o evento do caminho da tocha foi usado para reafirmar a soberania sobre territórios disputados. Se, como indica a literatura, a relação entre soberania e território é inseparável, essas ocasiões são importantes como estratégia de *soft power* dos Estados, para se ratificarem no sistema internacional.

Os Jogos de Barcelona, Pequim e Londres nos permitiram observar alguns dos rituais das Olimpíadas como inerentemente geopolíticos. A trajetória da tocha olímpica, que ocorre antes mesmo do megaevento, foi interpretada aqui como um caso interessante de "costura territorial". Ou seja, o esporte sendo usado como um código geopolítico pelos Estados para reivindicar, perante a comunidade internacional e a própria nação, a soberania sobre um determinado território, a intenção de que essa condição seja alcançada no futuro, ou a recusa em renunciar a um território sobre o qual não tem formalmente esse status. Em qualquer uma dessas possibilidades, mensagens estão sendo enviadas e intenções estão sendo enviadas aos interessados, confirmando as condições de disputa territorial. A inferência qualitativa feita a



partir de dados da mídia local, com o auxílio de *software*, revelou que a seleção das cidades por onde passa a tocha olímpica gerou disputas entre grupos de movimentos regionais – como no caso da Espanha, China e Reino Unido. Também revelou os Estados que disputam territórios comuns, como no caso do Reino Unido. Os Jogos, portanto, têm sido utilizados como instrumento de comunicação geopolítica em contextos sensíveis de disputas territoriais.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, J. (2018). *Globalization and Sovereignty: beyond the territorial trap*. 2 ed. **Rowman & Littlefield**, 2018.
- ANAZ, N.; PURCELL, D. E. Geopolitics of film: Valley of the wolves – Iraq and its reception in turkey and beyond. **Arab World Geographer**, v. 13, n. 1, p. 34-49, 2010.
- ANDERSON, B. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. 2 ed. Londres: **Verso**, 2006.
- BARNETT, R. The Tibet Protests of Spring 2008. **China Perspectives**, v. 3, p. 6-23, 2009.
- BERGER, S. The study of enclaves: some introductory remarks. **Geopolitics**, v. 15, n. 2, p. 312-328, 2010.
- BERTONHA, J. (2008). Olimpíadas e geopolítica. **Meridiano**, v. 47, n. 98, p. 3-5, 2008.
- CAPINASSU, J. A política nos Jogos Olímpicos. **Revista de Educação Física**, v. 136, p. 58-64, 2007.
- CASTRO, I. (2021). Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional. **Confinos**, v. 49, 2012.
- DAHLMAN, C. Territory En Gallaner, C., Dahlman, C. T., Gilmartin, M., y Mountz, A. (Eds.). *Key Concepts in Political Geography*. Londres: **Sage Publications**, 2009.
- DAVIS, S. The US military base network and contemporary colonialism: Power projection, resistance and the quest for operational unilateralism. **Political Geography**, v. 30, n. 4, p. 215-224, 2011.
- DIJKINK, G. Geopolitical Codes and Popular Representations. **GeoJournal**, v. 46, n. 4, p. 293-299, 1998.
- DINIZ, A.; RIBEIRO, L.; PALHARES, R. (2017). O impacto da realização da Copa das Confederações da FIFA de 2013 e da Copa do Mundo da FIFA de 2014 na criminalidade em Belo Horizonte. **Confinos**, v. 32, 2017.
- DITTMER, J. *Popular culture, geopolitics and identity*. New York: **Rowman & Littlefield**, 2010.
- DODDS, K. (2006). Popular geopolitics and audience dispositions: James Bond and the internet movie database (IMDb). **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 31, n. 2, p. 116-130, 2006.
- DODDS, K. Jason Bourne: gender, geopolitics, and contemporary representations of national security. **Journal of Popular Film and Television**, v. 38, n. 1, p. 21-33, 2010.
- ELDEN, S. Thinking territory historically. **Geopolitics**, v. 15, n. 4, p. 757-776, 2010.
- FALAH, G. W. Dynamics and patterns of the shrinking of Arab lands in Palestine. **Political Geography**, v. 22, n. 2, p. 179-209, 2003.
- FANG, S.; LI, X. Historical Ownership and Territorial Disputes. **The Journal of Politics**, v. 82, n. 1, p. 345-360, 2019.
- FLINT, C. *Introduction to Geopolitics*. 3 ed. London, New York: **Routledge**, 2016.
- FUKUYAMA, F. *As origens da ordem política: dos tempos pré-humanos até a Revolução Francesa*. Sao Paulo: **Editora Rocco**, 2013.
- GADDIS, J. *Estrategias de la contención*. Buenos Aires: **Editor Latinoamericano**, 1989.
- GEMS, G. R.; PFISTER, G. Sport and globalization: power games and a New World order. **Movement & Sport Sciences**, v. 86, p. 51-60, 2014.
- GILLION, P. Une lecture géopolitique du système olympique. **Annales de géographie**, v. 120, n. 680, p. 425-448, 2011.
- GRIX, J.; HOULIHAN, B. Sports mega-events as part of a nation's soft power strategy: The cases of Germany (2006) and the UK (2012). **British Journal of Politics & International Relations**, v. 16, n. 4, p. 572-596, 2013.
- GRIX, J.; LEE, D. Soft Power, Sports Mega-Events and Emerging States: The Lure of the Politics of Attraction. **Global Society**, v. 27, n. 4, p. 521-536, 2013.
- GUTTMANN, A. The Cold War and the Olympics. **International Journal**, v. 43, n. 4, p. 554-568, 1988.
- HERBST, J. War and the State in Africa. **International Security**, v. 14, n. 4, p. 117-139, 1990.
- HONGYI, N. Explaining Chinese Solutions to Territorial Disputes with Neighbour States. **Chinese Journal of International Politics**, v. 100, n. 2, p. 487-523, 2009.
- KINGSTON, J. *Nationalism in Asia: A History Since 1945*. Hoboken: **John Wiley & Sons**, 2016.
- KIRBY, P. Geography and film music: musicology, gender, and the spatiality of instrumental music. **Transactions of the Institute of British Geographers**, p. 46, n. 3, p. 570-583, 2021.
- KNOBL, W. Nacionalismo e religião na Grã-Bretanha do século XX. **Tensões Mundiais**, v. 13, p. 15-30, 2011.
- KUSHNIR, K. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: **Zahar Editor**, 2007.



- LENSKYI, J. H. The Olympic Games: A Critical Approach. Bingley: **Emerald Publishing**, 2020.
- LONGO, M. From sovereignty to imperium: borders, frontiers, and the specter of neoimperialism. **Geopolitics**, v. 22, n. 4, p. 757-771, 2017.
- MARCONDES, N.; BRISOLA, E. Análise por triangulação de métodos: Um referencial para pesquisas qualitativas. **Univap**, v. 20, n. 35, p. 201-208, (2014).
- MASCARENHAS, G. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise de um modelo globalitário. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 20, n. 1, p. 52-68, 2016.
- MEIER, H.; MUTZ, M. Sport-Related National Pride in East and West Germany, 1992-2008: Persistent Differences or Trends Toward Convergence? **SAGE Open**, v. 6, n. 3, p. 1-10, 2016.
- MURPHY, A. B. Identity and territory. **Geopolitics**, v. 15, n. 4, p. 769-772, 2010.
- MURRAY, S. The Two Halves of Sports-Diplomacy. **Diplomacy & Statecraft**, v. 23, n. 3, p. 576-592, 2012.
- NYE, J. S. Public Diplomacy and Soft Power. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, n. 1, p. 94-109, 2008.
- O'BRIEN, R. The Northern Ireland Conflict Feasibility of 21st Century Reunification. Dissertação de Mestrado, **University of Central Florida**, Estados Unidos, 2011.
- ORTIZ, F. Cuban Counterpoint: Tobacco and Sugar. Durham: **Duke University Press**, 1995.
- PINKERTON, A.; BENWELL, M. Rethinking popular geopolitics in the Falklands/Malvinas sovereignty dispute: Creative diplomacy and citizen statecraft. **Political Geography**, v. 38, p. 12-22, 2014.
- PIRAUDEAU, B. (2015). La "bresilianisation" du football professionnel portugais: une approche géographique. **Confins**, v. 24, 2015.
- PITTOCK, M. The Road to Independence?: Scotland since the Sixties. Londres: **Reaktion Books**, 2008.
- REILLY, J. China's Economic Statecraft: Turning Wealth into Power. Sidney: **Lowy Institute**, 2013.
- SAID, E. Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world. New York: **Vintage**, 1997.
- SASSEN, S. Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages. Princeton, NJ: **Princeton University Press**, 2006.
- SHAH, N. The territorial trap of the territorial trap: global transformation and the problem of the State's two territories. **Internacional Political Sociology**, v. 6, n. 1, p. 57-76, 2012.
- SHARP, J. Hegemony, popular culture and geopolitics: the Reader's Digest and the construction of the danger. **Political Geography**, v. 15, n. 7, p. 557-570, 1996.
- SHICHOR, Y. Separatism: Sino-Muslim conflict in Xinjiang. **Pacifica Review**, p. 6, n. 2, p. 71-82, 1994.
- SOYLAND, H. S. (2020). Qatar's sports strategy: a case of sports diplomacy or sportswashing? Dissertação de Mestrado. **ISCTE**, Lisboa, Portugal.
- TAYLOR, P. J. Britain and the Cold War: 1945 as Geopolitical Transition. Londres: **Pinter Publishers Limited**, 1990.
- TAYLOR, P. J.; FLINT, C. Political Geography. Harlow: **Pearson Education Limited**, 2000.
- TUKMADIYEVA, M. Xinjiang in China's Foreign Policy toward Central Asia. **Connections**, v. 12, n. 3, p. 87-108, 2013.
- TRUBINA, E. The Sochi 2014 olympics: nationalism, globalized place-making and multiscalar legitimacy. **Urban Geography**, v. 40, n. 4, p. 387-408, 2017.
- TUBINO, M. O que é olimpismo. São Paulo: **Editora Brasiliense**, 2007.
- ZHU, J.; ZHANG, X. Critique of Hong Kong Nativism: From a Legal Perspective. Springer: **Nature Singapore**, 2019.